

---

**Desenvolvimento local sustentável:  
Projeto de novos modos socioprodutivos e de  
sistemas alternativos de produção e emprego**

**Sustainable local development:  
The project of new socio-productive  
modes and alternative systems of  
production and employment**

**Desarrollo local sostenible:  
Proyecto de nuevos modos socioprodutivos y  
de sistemas alternativos de producción y empleo**

*TAKESHY TACHIZAWA*

**1. RESUMO**

O objetivo do trabalho foi viabilizar a criação de uma incubadora de empreendimentos sociais, destinada ao suporte técnico de micro e pequenas empresas e de novos negócios sustentáveis em Campo Limpo Paulista e região. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa junto aos moradores locais e turistas para identificar a vocação econômica da região. Uma das principais hipóteses da pesquisa foi confirmar as possibilidades do desenvolvimento de empreendimentos socioambientais bem como implantar uma organização sem fins lucrativos voltada à prestação de suporte técnico aos empreendedores locais. O pressuposto adotado neste trabalho foi de que a exploração econômica consciente, com a preservação do meio ambiente, voltada à geração de empregos e renda para a comunidade, seria uma alternativa factível para seu desenvolvimento sustentável.

O potencial do município é extremamente significativo em termos de riquezas naturais, históricas, culturais, gastronômicas, de artesanato regional e de agronegócios. Isso pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, gerando uma dinâmica de atividades econômicas, criadora de significativas transformações no município e região.

Dado o enorme potencial da região para os empreendimentos socioambientais, procurou-se, nesta pesquisa, abranger o conjunto de serviços diferenciados que o município pode oferecer aos turistas. O potencial de turismo sustentável existente no município e região pode ser desenvolvido, alicerçado nos aspectos geográfico, cultural, histórico, de agronegócios, entre outros. Segundo a Agência de Desenvolvimento de Jundiá e Região (ADEJ, 2007), apenas para citar um exemplo emblemático, busca-se, no contexto local, a transformação da região de Jundiá em APA (área de proteção ambiental) e o tombamento da Serra do Japi pelo Condephaat e tendência ao esgotamento dos recursos hídricos da região; são fatores que provocam maiores restrições ambientais e oneram os custos operacionais de determinadas atividades econômicas, afastando o interesse de investimento no município.

A intervenção socioambiental é um fator positivo e que ocorre justamente objetivando assegurar melhor qualidade de vida à população e garantir a preservação dos recursos naturais indispensáveis para a sustentabilidade, isto é, que esses recursos (principalmente em relação à disponibilidade futura de água) permaneçam aproveitáveis hoje e no futuro, para as próximas gerações. No entanto, a intervenção socioambiental não pode ser confundida com um conjunto de restrições ambientais. O conceito moderno de gestão socioambiental, com o advento das novas tecnologias, tem permitido a prática de atividades econômicas com muito melhor controle dos possíveis inconvenientes ao meio ambiente e agrega também o conceito das chamadas contrapartidas ou compensações ambientais. O problema é que as legislações ambientais de caráter estadual ou municipal, às quais as micro e pequenas empresas estão submetidas, ainda têm forte conotação restritiva e não são compensatórias, inibindo e/ou complicando a atividade empresarial, que busca, então, outras regiões para investimentos.

A cidade pode receber pessoas de cidades próximas em busca de: turismo ecológico (caminhadas, trilhas, cachoeiras, pousadas ecológicas); passeios rurais (piscicultura e pesqueiros, *spas* campestres, passeios equestres; escolas de equitação; equoterapia, degustação de vinhos); circuito das frutas; eventos e festas gastronômicas; artesanato regional; esportes de aventura; ou apenas um local para descansar. Constatou-se que a maioria desses visitantes retorna à sua cidade de origem no mesmo dia, o que representa um enorme potencial de crescimento turístico. Além disso, a região tem uma grande variedade de atividades folclóricas, culturais, educacionais e eventos do circuito das frutas, que acontecem durante o ano todo e atraem visitantes no contexto do turismo de curta duração.

O plano de criação da incubadora social, análoga a uma organização não governamental (ONG) quanto à sua natureza de atuação, buscou convergir interesses de empresários, governo municipal e cidadãos em geral.

## **2. ABORDAGEM METODOLÓGICA**

Os dados da pesquisa empírica desenvolvida ao longo do segundo semestre de 2008, obtidos segundo uma perspectiva indutiva, foram base do presente estudo. Nesta pesquisa utilizou-se o método *grounded theory* (GLASER; STRAUSS, 1967), que é uma modalidade de pesquisa que busca gerar novas teorias por meio de conceitos, categorias e propriedades. A ênfase da *grounded theory* é o aprendizado a partir dos dados (interativa e indutiva), e não a partir de uma visão teórica existente (dedutiva). A maior diferença entre a *grounded theory* e outros métodos de pesquisa é seu foco específico no desenvolvimento da teoria, por uma contínua interdependência entre a coleta de dados e a análise. É um método que provê uma estrutura metodológica frequentemente ausente em outras abordagens, tanto qualitativas como quantitativas, sem sacrificar a flexibilidade ou o rigor. A *grounded theory* foi desenvolvida no âmbito da pesquisa em ciências sociais, enfatizando a descoberta indutiva de teorias a partir de dados analisados sistematicamente.

Outros autores desenvolveram e debateram o método (GLASER, 1994 e 1998; GLASER; HOLTON, 2004; STRAUSS; CORBIN, 1990; STRAUSS; CORBIN, 1994 e 1997), reafirmando que: (a) a proposta

principal do método é a construção de teoria, e não somente a codificação e análise de dados; (b) regra geral, o pesquisador não deve definir um quadro conceitual que anteceda ao início da pesquisa, como premissa, para garantir que os conceitos possam emergir sem vieses conceituais predefinidos; (c) a análise e a conceitualização são obtidas por meio do processo de coleta de dados e comparação constante, sendo cada segmento de dados comparado com construtos existentes, visando enriquecer uma categoria existente, formar uma nova ou estabelecer novos pontos de relação entre categorias.

Na coleta foram enfatizados, primordialmente, dados primários obtidos por meio de questionários, que foram o principal instrumento da pesquisa, aplicados diretamente na cidade de Campo Limpo Paulista e região, origem dos eventos pesquisados. Os questionários, compostos de perguntas abertas e fechadas, foram preenchidos pelos pesquisadores da Faculdade Campo Limpo Paulista (FACCAMP), que constituíram a equipe de campo, por meio de entrevistas junto aos respondentes da pesquisa. Foram aplicados 254 questionários junto aos munícipes e turistas da região, sendo que aos moradores do município foram aplicados 101 questionários. Aos turistas da região foram aplicados 85 questionários. Às pessoas em trânsito pelo município de Campo Limpo Paulista foram aplicados 68 questionários.

Na aplicação dos questionários, no segundo semestre de 2007, constatou-se que a cidade e a região circunvizinha possuem um significativo potencial para o ecoturismo ainda inexplorado. O levantamento abrangeu o conjunto de serviços diferenciados turisticamente que um município tem a oferecer aos visitantes da região. Foi dada ênfase especial àqueles bens e serviços turísticos que possibilitariam o exercício do ecoturismo e atividades autossustentáveis, com potencial de criação de empregos e renda à comunidade local.

Os dados primários, levantados por meio dos instrumentos de pesquisa de campo, foram coletados em questionário de entrevista, observando as seguintes etapas: preparação do questionário para a coleta de dados; inventário de infraestrutura do município; inventário da oferta e de demanda turística; pesquisa de opinião com moradores do município; diagnóstico, na forma de análise de fatores de influência, para estabelecer uma completa compreensão da situação socioeconômica do município.

Posteriormente, como fruto da análise e interpretação dos resultados da pesquisa, houve uma consolidação dos dados coletados para fins de formulação da proposta de criação da incubadora social visando ao desenvolvimento de empreendimentos socioambientais no município e região. Nesta fase, foi feita a caracterização do empreendimento, dos serviços voltados ao desenvolvimento sustentável da região, da demanda turística e da participação da comunidade nas estratégias de captação de recursos, nas parcerias e nas possíveis alianças institucionais com organizações públicas e privadas.

Foram entrevistados, por meio de discussões em grupo, gestores e técnicos da Prefeitura de Campo Limpo Paulista e entidades de classe, já que, qualquer que fosse a opção de desenvolvimento socioeconômico, com ênfase na expansão de micro e pequenas empresas ou no incremento do turismo sustentável, o processo passaria necessariamente por estas instituições. Em complementação ao inventário, foram levantados dados secundários junto à Fundação SEADE, FAPESP, ONGs locais e Prefeitura de Campo Limpo Paulista, em sites na internet, nas leis orgânicas do município, planos diretores e outros documentos governamentais.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Segundo Tachizawa (2007), estão ocorrendo profundas mudanças na natureza das atribuições do Estado, nas esferas federal, estadual e municipal. Após várias décadas de convivência com um Estado que absorvia grande parte das responsabilidades pela provisão de bens e serviços públicos, ocorre, atualmente, um movimento no sentido de minimizar tais responsabilidades e enfatizar a função reguladora do Estado, em decorrência dos novos desafios impostos pelo avanço da privatização. A transformação do Estado provedor em um governo regulador traz modificação nos padrões de geração de serviços públicos, nas organizações pertencentes ao Terceiro Setor e, conseqüentemente, na gestão das organizações privadas.

É justamente a falta de atuação do Estado em determinadas atividades de prestação de serviços públicos que permite não só a atuação de ONGs como também o surgimento do empreendedorismo social na iniciativa privada. Parcela significativa de autores sobre o empreendedorismo sugere a expansão de micro e pequenos

negócios, em todas as suas formas, como solução socioeconômica para o desenvolvimento local.

A ANPROTEC (2006) e autores como Gadiesh e Gilbert (1998) e Wise e Baumgartner (1999) compartilham dessa opinião bem como preceituam que receitas substanciais podem ser geradas de uma base instalada de serviços, com longo ciclo de vida, nas micro e pequenas empresas. E afirmam que a prestação de serviços em geral proporciona margens mais elevadas do que a simples comercialização de produtos, além de fornecerem uma fonte mais estável de receita pelo fato de serem resistentes à instabilidade dos ciclos da economia nacional (TACHIZAWA; FARIA, 2006). Estas são algumas das forças que direcionam as crescentes alternativas de empreendedorismo, inclusive o social, e a formação de parcerias em serviços (LOJO, 1997).

Estes conceitos de modelagem estratégica de negócios, com a incorporação dos conceitos de inovação e de gestão do conhecimento, vêm ao encontro do que preceitua Rezende (2003) em termos de sustentabilidade econômica.

O conceito de governança pública, também chamado de *new public management* (NPM), pressupõe aplicar nas organizações públicas modelos de gestão originalmente oriundos da iniciativa privada e dos conceitos de administração estratégica, competitividade e empreendedorismo (OSBORNE; GAEBLER, 1992).

Estes conceitos e técnicas aplicáveis ao empreendedorismo e à gestão das micro e pequenas empresas podem possibilitar o embasamento conceitual para que a ONG proposta neste estudo, na forma de uma incubadora social, possa orientar e proporcionar suporte técnico em termos de sustentabilidade aos empresários e empreendedores em geral.

Organizações não governamentais – ONG (TACHIZAWA, 2007) – são entidades de natureza privada (não públicas), sem fins lucrativos, que juridicamente se caracterizam como associações ou fundações. Neste tipo de organização enquadram-se, também, as organizações da sociedade civil (OSC), organizações sociais (OS) e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP). As ONGs podem ter como foco de atuação: a educação, a saúde, a cultura, a comunidade, o apoio à criança e ao adolescente, o volun-

tariado, o meio ambiente, o apoio a portadores de deficiências, as parcerias com o Governo, e outras categorias de atuação.

Uma pesquisa do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA) (2007) revela que, das 780 mil organizações privadas com um ou mais empregados no País, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, 59% das organizações pesquisadas (462 mil) têm investimentos voltados ao atendimento de comunidades carentes. Vinte e cinco por cento da população brasileira, aproximadamente, pratica algum tipo de trabalho voluntário ou ação solidária. O Brasil é o 69º colocado no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2007), que avalia a qualidade de vida em cada país, observando a evolução de parâmetros de educação, renda e expectativa de vida.

Uma pesquisa da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG, 2007), entidade que congrega as maiores ONGs do País, revela que atualmente estas organizações têm buscado educar, formar e capacitar politicamente os indivíduos, principalmente aqueles organizados coletivamente em movimentos populares e sindicatos.

De acordo com a ABONG (2007), a maior parte das ONGs (52%) declarou atuar na área educacional. Questionadas se trabalhavam ou não com voluntários, 62,8% delas responderam afirmativamente, o que representa um crescimento superior a 100% em relação aos dados de 1998. Como beneficiárias principais, segundo 61,7% das ONGs pesquisadas, estão as organizações populares e os movimentos sociais.

No Brasil, desde que o Estado deixou de ser o único agente implementador de políticas sociais, passando a trabalhar em parceria com a sociedade civil, o trabalho das ONGs vem ganhando importância.

Os autores pesquisados confirmam o deslocamento da prestação de serviços públicos do Estado para o Terceiro Setor, com a evidência de crescimento do aporte de verbas dos órgãos governamentais nas três esferas federativas (TACHIZAWA, 2007). E, mais ainda, que os empresários de micro e pequenas empresas têm papel fundamental no contexto da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental.

No Brasil, 99% das organizações são micro e pequenas empresas (IBGE, 2007). Enquanto multinacionais, conglomerados e empresas de grande porte reduzem suas participações no total de pessoas ocupadas nos diferentes setores econômicos, as micro e pequenas empresas (MPEs) tendem a aumentar tal participação relativa. Pesquisa do SEBRAE (2007), realizada no estado de São Paulo, evidencia que as taxas de mortalidade atuais são: 29% para empresas de até 1 ano, 42% para empresas de até 2 anos, 53% para empresas de até 3 anos, 56% para empresas de até 4 anos e 56% para empresas de até 5 anos.

As causas identificadas da mortalidade são: comportamento empreendedor pouco desenvolvido (atitude empreendedora); deficiências no planejamento antes da abertura do negócio; deficiências na gestão após a abertura do negócio; políticas insuficientes de apoio às empresas; conjuntura econômica deprimida e problemas pessoais dos sócios-proprietários.

A estas causas, segundo o IPEA (2007), que desenvolveu a pesquisa PINTEC baseada em dados colhidos pelo IBGE (2007) relativos às empresas que receberam e as que não receberam financiamento público, pode-se acrescentar a falta de inovação tecnológica nas micro e pequenas empresas.

Alguns resultados obtidos pela pesquisa são também confrontados com os que se esperaria obter segundo enfoque evolucionista neoschumpeteriano. A pesquisa PINTEC 2000 avaliou o desempenho inovador da empresa brasileira em termos de padrão de inovações tecnológicas, organizacionais e de comercialização das firmas industriais e de serviços no Brasil. Neste âmbito estão os estudos sobre as atitudes e percepções empresariais sobre a inovação e o desenvolvimento.

#### **4. A PESQUISA E OS RESULTADOS**

Os dados da pesquisa indicaram um significativo potencial para as atividades econômicas de Campo Limpo Paulista e região, por meio da exploração do turismo sustentável e da experimentação não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego (arranjos produtivos locais; cadeia produtiva de agronegócios; cooperativas para reciclagem de lixo;



fabricação de produtos ecológicos; circuito gastronômico; circuito de pousadas ecológicas; oficinas de artesanatos; e atividades afins).

Constatou-se, também, que uma boa parcela dos turistas na região retornava à sua cidade de origem no mesmo dia, o que pode significar possibilidades de exploração de atividades relacionadas à venda de peças de artesanato regional, ao turismo ecológico, ao circuito gastronômico, ao turismo de aventura em trilhas e cachoeiras, aos esportes de aventura ou apenas ao descanso em uma região de clima diferenciado.

#### 4.1. Análise dos dados primários

A pesquisa de campo objetivou, inicialmente, levantar dados junto aos municípios sobre suas opções quanto à vocação econômica da cidade e região em termos de comércio, indústria, serviços e turismo sustentável. As vocações “indústria”, com 50,77%, e “turismo”, com 19,23% (13,85% e 5,38%) foram as preferências declaradas da população de Campo Limpo Paulista.

Se for incorporada a incidência de respostas da alternativa relativa à gastronomia/bares/restaurantes, com 5,38%, tem-se um total de respostas direcionadas ao turismo de 24,61%.

As respostas à questão “Em sua opinião, em que área o desenvolvimento econômico poderia ser feito?” podem ser visualizadas na Tabela 1.

**Tabela 1.** Áreas para o desenvolvimento econômico

ÁREA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	%
Serviços	6,18
Comércio	18,44
Turismo	5,38
Turismo ecológico	13,85
Gastronomia/Restaurantes/bares	5,38
Indústria	50,77
BASE	100,00

Fonte: Pesquisa dos autores.

Quanto à indagação “Qual a sua opinião caso fosse incentivado o desenvolvimento econômico do município?”, evidenciou-se que a maioria da população considera ótimo o incentivo ao desenvolvimento econômico, pois geraria empregos (72,55%) e melhoraria a renda dos moradores da cidade (25,55%).

À indagação “Em sua opinião, qual a vocação econômica de Campo Limpo Paulista?”, os dados obtidos mostraram que a população considera positiva a atividade turística (quando agregados seus diferentes fatores de influência, como hotéis e pousadas, bares e restaurantes, artesanato, circuito das frutas, eventos regionais e outras atividades correlatas.), conforme Tabela 2 a seguir.

**Tabela 2.** Vocação econômica

SEGMENTO ECONÔMICO	%
Indústria	36,97
Centros de capacitação profissional	13,55
Comércio	12,26
Escolas e Faculdades	10,32
Hotéis	7,10
Bares e restaurantes	5,16
Agricultura	4,52
Pesqueiro	3,23
Artesanato	2,58
Gastronomia	2,08
Frutaria	1,29

Fonte: Pesquisa dos autores

Pelos resultados obtidos na pesquisa, os munícipes são favoráveis à atividade industrial no município, quando comparada com atividades de prestação de serviços e comercial. Esperam, no entanto, que o turismo propicie mais renda e empregos à população.

No *Questionário do Turista*, aplicado a um total de 85 turistas entre os dias 01/07 e 30/09 de 2007, à questão “Quanto tempo pretende permanecer na região?” identificaram-se, como respostas, períodos

de: um dia (43,24%); meio dia (24,32%); uma semana (13,52%) e um mês (8,11%). Os turistas consultados, 61 ao todo, indicaram, pelos resultados aferidos na pesquisa, que ficam na cidade e na região em torno de, no máximo, um fim de semana 78,38% e, somente 13,51% ficam uma ou pouco mais de uma semana na região. É um tempo extremamente diminuto quando considerado o potencial turístico da região.

Com relação à questão “Que atrativo turístico motivou sua atual viagem?”, de acordo com dados da Tabela 4, apurou-se que “parentes e empresas” representam 36,59% dos motivos de presença na região, seguidos de “escolas/faculdades”, com 26,83%.

**Tabela 3.** Motivação para a viagem dos turistas da região

ATRATIVO QUE TROUXE TURISTAS	%
Escolas e Faculdades	36,97
Feiras e Eventos	13,55
Lazer	12,26
Pesqueiro	10,32
Outros	7,10

Fonte: Pesquisa dos autores

#### 4.2. *Análise dos dados secundários*

Campo Limpo Paulista está localizado no sudoeste do estado de São Paulo, estando distante da capital cerca de 50 quilômetros sendo que o acesso principal ao município se dá pela Rodovia Anhanguera e pela Rodovia Dom Pedro I ([www.campolimpopaulista.sp.gov.br](http://www.campolimpopaulista.sp.gov.br)). Segundo a SEADE (<http://www.seade.gov.br>), a população de Campo Limpo Paulista é de mais de 70 mil habitantes, com elevada taxa de urbanização e taxa de crescimento populacional de 1,5%.

**Tabela 4.** Dados demográficos

TERRITÓRIO E POPULAÇÃO / ANO	MUNICÍPIO	REG. ADM.	ESTADO
População em 2006	73.515	6.010.392	40.484.029
Grau de urbanização em % (2005)	98,17	93,82	93,65
Densidade demográfica, habitantes/km <sup>2</sup> (2005)	858,93	218,48	160,70
População com menos de 15 anos em % (2005)	25,99	23,23	24,43
População com mais de 60 anos em % (2005)	7,16	9,88	9,57

Fonte: Dados obtidos na Fundação.

A instalação de grupos industriais sólidos e tradicionais, com a consequente criação de novas oportunidades de trabalho, geradoras de renda com o aparecimento de atividades comerciais paralelas, produziu um significativo surto de desenvolvimento econômico na região. A indústria é o componente econômico, ao lado da agricultura (hortifrutigranjeiros e extrativismo vegetal), que alavancou a emancipação política do município.

**Tabela 5.** Dados econômicos

ECONOMIA	ANO	MUNICÍPIO	REG. ADM.	ESTADO
Valor adicionado na indústria (R\$ milhões)	2004	456,17	44.508,11	238.016,43
Valor adicionado dos serviços (R\$ milhões)	2004	258,07	33.912,51	242.978,99
PIB per capita (R\$)	2004	10.021,86	16.073,08	13.725,14
Participação empregos ocupados na indústria no Total (%)	2003	54,98	33,05	23,08
Participação empregos ocupados no comércio no total (%)	2003	12,51	19,65	17,79
Participação empregos ocupados nos serviços no total (%)	2003	30,57	39,73	52,33
Rendimento médio nos empregos ocupados na indústria (R\$)	2003	1.959,05	1.391,38	1.451,38
Rendimento médio nos empregos ocupados no comércio (R\$)	2003	690,67	748,49	840,50
Rendimento médio nos empregos ocupados nos serviços (R\$)	2003	992,88	1.138,00	1.281,38
Rendimento médio no total de empregos ocupados (R\$)	2003	1.478,45	1.107,15	1.202,95

Fonte: Dados obtidos Fundação SEADE.

Campo Limpo Paulista foi elevado à categoria de município independente em 1964, induzido por um significativo surto industrial ocorrido nesta década de 1960.

Tabela 6. Dados de infraestrutura

INFRAESTRUTURA	MUNICÍPIO	REG. ADM.	ESTADO
Consumo de energia elétrica residencial em MWh (2002)	36.273	3.299.246	22.757.107
Consumo de energia elétrica rural em MWh (2002)	285	582.972	2.112.153
Consumo de energia elétrica industrial em MWh (2002)	186.778	9.647.569	39.686.121
Consumo energia elétrica, Com., Serv., outras atividades em MWh (2002)	8.344	1.887.650	15.344.487
Abastecimento de Água - Nível de atendimento em % (2000)	91,65	96,45	97,38
Esgoto sanitário - nível de atendimento em % (2000)	65,75	87,48	85,72
Coleta de lixo - nível de atendimento em % (2000)	98,91	98,95	98,90

Fonte: Dados obtidos Fundação SEADE.

Este movimento desenvolvimentista provocou uma sobrecarga na infraestrutura básica (saneamento, educação e serviços públicos correlatos), criando uma demanda reprimida por serviços públicos, não estatais, que uma incubadora de empreendimentos socioambientais poderia desenvolver, conforme proposto neste estudo.

Tabela 7. Dados sobre educação

EDUCAÇÃO	ANO	MUNICÍPIO	REG. ADM.	ESTADO
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e acima (%)	2000	6,81	6,71	6,64
Média de anos de estudos da população de 15 a 64 anos (%)	2000	7,10	7,42	7,64
População 25 anos e acima com menos 8 anos de estudos (%)	2000	61,08	58,55	55,55
População de 18 a 24 anos com ensino médio completo (%)	2000	37,35	40,21	41,88

Fonte: Dados obtidos na Fundação SEADE.

Esta proposta de incubadora apoia-se, também, nos conceitos de desenvolvimento humano (PNUD, 2007). Considera o pressuposto de que para aferir a evolução de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB), per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da “felicidade” das pessoas e nem indica “o melhor lugar do mundo para se viver”. As condições de vida, no caso de Campo Limpo Paulista, conforme evidenciam dados discriminados a seguir, têm ainda muitos estágios de evolução a percorrer, razão pela qual a proposta de incubadora pode agregar significativas contribuições de natureza socioambiental.

**Tabela 8.** Dados de condições de vida

CONDIÇÕES DE VIDA	MUNICÍPIO	REG. ADM.	ESTADO
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS (2002)	Grupo 2 - Municípios com níveis de riqueza elevados e baixos indicadores sociais		
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS (2004)	Grupo 2 - Municípios com níveis de riqueza elevados e baixos indicadores sociais		
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal -IDHM (2000)	0,805	...	0,814
Renda per capita (em salários mínimos) (2000)	2,16	2,83	2,92

Fonte: Dados obtidos Fundação SEADE

Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH leva em conta, também, dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expecta-

tiva de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um. No Brasil, tem sido utilizado pelos governos federal e municipais e pode ser consultado no [Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil](#), um banco de dados eletrônico com informações socioeconômicas sobre os 5.507 municípios do País, os 26 estados e o Distrito Federal. Segundo o Programa das Nações Unidas (<http://www.pnud.org.br/>), o município apresenta indicador muito bom na área de saúde e no Índice de Desenvolvimento Humano, com valores explicitados na Tabela 9 ilustrada a seguir.

**Tabela 9.** Índices de Campo Limpo Paulista

ÍNDICES	1991	2000
IDHM	0,738	0,805
IDHM-Renda	0,705	0,738
IDHM-Longevidade	0,694	0,780
IDHM-Educação	0,816	0,898

Fonte: Dados obtidos na Fundação SEADE.

Estes dados estão coerentes com o Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo, denominado BIOTA-FAPESP ([www.biota.org.br](http://www.biota.org.br)), e consideram a região de Campo Limpo Paulista e Jundiaí áreas prioritárias para a implantação de novas estratégias para conservação e recuperação da biodiversidade nativa. A Serra do Japi, circunvizinha de Campo Limpo Paulista e Jundiaí, é considerada área de proteção ambiental (APA) pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (CONDEPHAAT) e declarada Reserva da Biosfera pela UNESCO desde 1992. Este cenário é realista, pois cerca de 18 milhões de pessoas residem em um raio de 80 km. Esta densidade demográfica provoca saturação industrial combinada com a elevação do custo da mão-de-obra em relação a outras regiões e conseqüente inviabilidade do

desenvolvimento econômico centrado nas indústrias. O maior custo relativo de mão-de-obra é sinônimo de elevada renda per capita em relação às outras regiões do Estado. A combinação destes fatores pode viabilizar o desenvolvimento sustentável dentro dos contornos delineados no presente trabalho.

## **5. PROPOSTA DE INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOCIO-AMBIENTAIS**

Conforme resultados apurados na pesquisa aplicada junto aos municípios e turistas, evidenciou-se que uma das alternativas para a criação de empregos e aumento da renda da população é o turismo sustentável. Outra constatação é que, embora a população tenha enfatizado a industrialização como solução para a região, segundo dados da Fundação SEADE, esta é uma opção saturada. Este cenário tende a induzir uma demanda por serviços públicos não estatais, voltados às questões socioambientais. Esta alternativa econômica pelo segmento de serviços pode ser sustentada pela criação de uma incubadora, aqui denominada Fundação Incubadora de Empreendimentos Socioambientais (FISA).

### *5.1. Aspectos legais*

Em termos de enquadramento legal, esta organização de apoio a empreendimentos sociais pode ser constituída, de acordo com o novo Código Civil, como associação civil sem fins lucrativos ou como fundação. Pelo fato de ter o benefício público como ponto central de seus objetivos, atividades e justificativas de existência, a incubadora sugerida, de finalidade socioambiental, pode ser formalizada de forma a obter incentivos fiscais, imunidades e isenções a que estará automaticamente sujeita como entidade de utilidade pública estadual (não seria utilidade pública municipal porque a proposta é que abranja, inclusive, os diversos municípios da região). Em termos de pessoa jurídica, a incubadora poderia, portanto, ser constituída como uma organização da sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira. Suas finalidades legais, por meio de suporte técnico a empresários, empreendedores e autoridades governamentais da região, seriam:



- a experimentação não lucrativa de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego (arranjos produtivos locais sustentáveis, cooperativas para reciclagem de lixo, fabricação de produtos ecológicos, oficinas de artesanatos e atividades afins);
- a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- a promoção da educação socioambiental junto às empresas e comunidade em geral;
- estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos que digam respeito às atividades socioambientais.

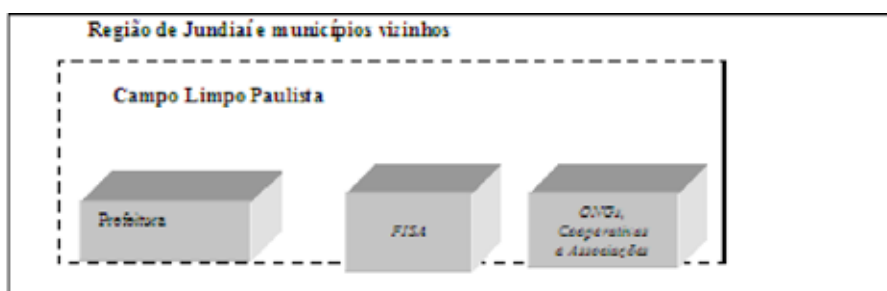
Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência são princípios constitucionais da administração pública que também se encontram previstos na lei que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). A adoção e a aplicação dos referidos princípios na estrutura societária de toda e qualquer entidade sem fins lucrativos que atenda aos interesses públicos e esteja qualificada como OSCIP devem ser incorporadas ao contrato social da FISA como garantia de uma atuação transparente na gestão de recursos públicos.

### *5.2. Configuração da incubadora*

A missão da FISA é fornecer apoio profissional aos empreendedores sociais e empresários de micro e pequenas empresas, contribuindo para sua inserção política, social e econômica em Campo Limpo Paulista e região. Consiste num esforço para disseminar uma modalidade de desenvolvimento sustentável promovendo a interação acadêmica com a sociedade, por meio da troca de saberes, disponibilizando o conhecimento gerado na Faculdade Campo Limpo Paulista (FACCAMP). A socialização do acúmulo intelectual e científico da FACCAMP aos diferentes segmentos da população, por meio da FISA, visa sinalizar um caminho de

crescimento econômico com sustentabilidade e preservação dos fatores socioambientais da região.

O propósito da FISA, portanto, é o desenvolvimento econômico e social do município de Campo Limpo Paulista pelo desenvolvimento de serviços de assessoramento técnico a organizações sociais, associações de classe e Prefeitura, em atividades sociais, educativas, culturais e de educação ambiental desta comunidade, possibilitando a geração de empregos e alternativas de desenvolvimento sustentável (vide Fig. 1).



**Figura 1.** Abrangência da FISA

Fonte: Concepção dos autores.

Propõe-se que a FISA tenha como foco de atuação a prestação de serviços a novos empreendimentos sociais sustentáveis, cooperativas e a micro e pequenas empresas já existentes, e que tenham o propósito de incorporar suas atividades econômicas no contexto socioambiental. O escopo de atuação da FISA, sempre em parceria com organizações sociais e instituições públicas e privadas da região, é a educação socioambiental direcionada à defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

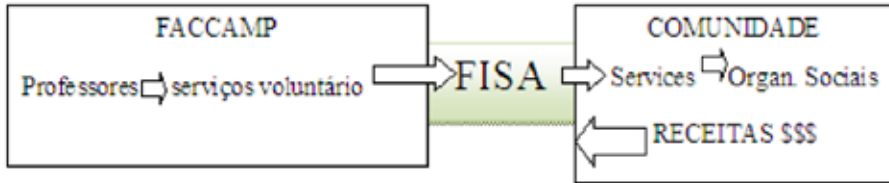
Outra atividade viável de ser exercida é a orientação técnica à criação de novos empreendimentos voltados à promoção do turismo ecológico; à promoção do desenvolvimento econômico e social; ao estímulo à parceria entre os diferentes segmentos sociais, participando junto a outras entidades em atividades que visem ao interesse comum; desenvolvimento de serviços de assessoramento técnico à

comunidade local em atividades sociais, educativas, culturais, ambientais; e fortalecimento de ONGs e cooperativas/movimentos populares. Outra atividade técnica poderia ser a prestação de suporte técnico à Prefeitura Municipal para a capacitação de serviços básicos e de infraestrutura visando ao desenvolvimento de atividades de ecoturismo no município.

Suas fontes de recursos podem estar consubstanciadas, principalmente, em fontes de receitas próprias e verbas de convênios com empresas, fundações e institutos empresariais; agências nacionais de cooperação; órgãos governamentais estaduais; órgãos governamentais municipais; e afins. Desde que vinculado ao Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), aprovado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), e à Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), essas instituições podem se constituir em fontes alternativas de recursos financeiros para alavancar as atividades da incubadora sugerida.

### *5.3. Estratégias de atuação*

A proposta de criação da incubadora para atendimento da demanda de novos empreendimentos sociais, das instituições educacionais e prefeituras, dos microempresários da cidade e região tem como estratégia básica a intensa participação da comunidade local. Ao inserir a população em suas atividades, incentivar o turismo e trabalhar o conceito de desenvolvimento sustentável com a população, esta incubadora poderia ganhar visibilidade e credibilidade para que as ações propostas possam ser efetivamente realizadas. Como estratégia de captação de recursos sugere-se que, inicialmente, a incubadora subsista inteiramente com as rendas auferidas pela prestação de serviços técnicos ao Governo Municipal de Campo Limpo Paulista, prefeituras das cidades da região, e organizações sociais em geral (ONGs, cooperativas e associações de moradores locais). Conforme ilustrado na Figura 2, a FISA atuará, essencialmente, em regime de parceria com a FACCAMP e voluntários egressos da comunidade local, para obtenção dos recursos tecnológicos representados pelo acervo intelectual de seus conhecimentos, e, na outra ponta da cadeia, socioambiental, as organizações sociais que interagiriam diretamente com a população do município e região.

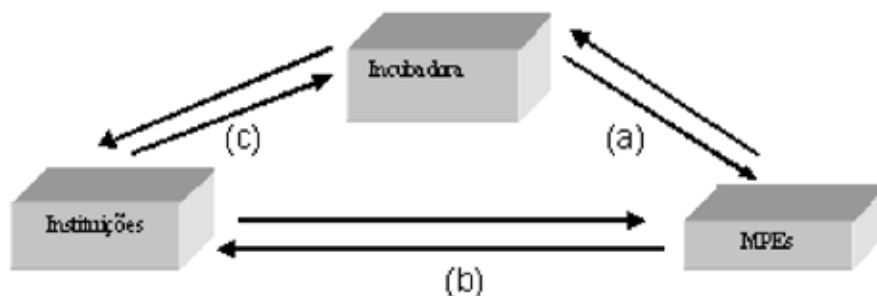


**Figura 2.** Cadeia produtiva sustentável

Fonte: Concepção dos autores.

Uma iniciativa em benefício de trabalho e renda locais pode ser a criação de cooperativas e associações de artesãos e de artistas da região que poderiam, além de proporcionar renda aos munícipes, gerar produtos aos turistas que Campo Limpo Paulista poderia demandar. Exemplo nesse sentido pode ser a criação de um *Grupo de Artesanato de Campo Limpo Paulista*, cuja formalização jurídica e operacional poderia ser preparada pela incubadora social (FISA). A Prefeitura poderia proporcionar a infraestrutura necessária para a comercialização dos produtos gerados pelo artesanato regional, transformando-se em ponto de passagem obrigatória de turistas que visitam a região.

O empreendimento pode resultar na geração de emprego e renda, dois componentes importantes na vida de uma comunidade que poderia frutificar a partir de um regime de parceria com a incubadora social, sem ônus para os cofres públicos. Ou seja, a incubadora poderia atuar, indiretamente, em regime de parceria com instituições (FACCAMP, Associação Comercial e Industrial e Prefeituras Municipais) e com as MPes (micro e pequenas empresas, ONGs, associações e cooperativas) que, de fato, se incumbiriam da operacionalização da cadeia produtiva sustentável a ser criada.



**Figura 3.** Articulação institucional da FISA

Fonte: Concepção dos autores.

Outro exemplo factível é a formação de um grupo de pessoas interessadas na arte de tecelagem manual, que poderia se reunir para formar uma cooperativa para produção de tecidos artesanais com teares manuais. A proposta de produção manual de tecidos pode despertar interesse de profissionais da moda, sempre atentos à oferta de produtos exclusivos, originais e de bom gosto. Ou seja, pode-se lançar o embrião de uma iniciativa associativista do município na forma de cooperativa de trabalho dos profissionais de tecelagem artesanal de Campo Limpo Paulista. Inicialmente, o trabalho de criação pode ser inteiramente direcionado a vestuário e acessórios. A partir de então, poder-se-ia pesquisar novos materiais e formas para levar à produção de artigos de decoração, como tecidos para cortinas e forrações. O trabalho, envolvendo dezenas de cooperados, entre tecelãs e costureiras, produzindo em suas próprias casas ou no atelier, e centrado no propósito comum de produzir e transformar tecidos artesanais em peças utilitárias, com *design* elaborado, poderia modificar o cenário turístico da região. As necessidades de matérias-primas, equipamentos, vendas e apoio administrativo podem ser supridas pela cooperativa e reembolsadas por meio de taxa de administração, com rateio proporcional à produção. Os cooperados buscariam na capacitação, a ser oferecida pela FISA, o instrumento de fortalecimento da cooperativa. Os princípios doutri-

nários do cooperativismo e as vantagens do associativismo podem ser planejados e assessorados pela FISA, que poderia proporcionar a necessária solidez de uma iniciativa de um simples grupo de pessoas com objetivos comuns.

## 6. CONCLUSÕES

A experiência vivenciada em Campo Limpo Paulista e região proporciona subsídios para o planejamento do desenvolvimento local sustentável, centrado na criação de uma incubadora social, de prestação de serviços técnicos aos empresários de micro e pequenas empresas e empreendedores em geral voltados ao turismo ecológico e ambiental.

Os pequenos negócios, formais e informais, respondem por mais de dois terços das ocupações do setor privado, o que por si só traduz a importância do suporte técnico a ser proporcionado pela incubadora social no contexto das micro e pequenas empresas. E, considerando a estreita relação entre pessoas e responsabilidade socioambiental, evidencia-se a necessidade de considerar a organização sustentável como sinônimo de bons negócios futuros. De fato, no futuro, esta pode ser a única forma de empreender negócios de forma duradoura e lucrativa. Em outras palavras, quanto antes as organizações começarem a enxergar a sustentabilidade como seu principal desafio e como oportunidade competitiva, maior será a chance de que sobrevivam. A expansão da consciência coletiva com relação ao meio ambiente e a complexidade das demandas sociais que a comunidade repassa às organizações induzem a um novo posicionamento por parte de empresários e executivos das MPes diante de tais questões.

Esta incubadora pode induzir o desenvolvimento econômico e social de Campo Limpo Paulista e região gerando como benefícios específicos de sua implantação:

- experimentação não lucrativa de novos modos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio e emprego;
- indução à criação, desenvolvimento e consolidação de empreendimentos de pequeno porte, formais ou informais, associados ou não;

- suporte tecnológico aos empresários de micro e pequenas empresas para que ampliem seus negócios e linhas de produtos visando torná-los fornecedores ecológicos das grandes empresas que mantêm cadeias produtivas sustentáveis;
- desenvolvimento de programas de treinamento e capacitação das empresas da região, de grande e pequeno portes, para avaliação socioambiental de seus fornecedores dado que, legalmente, não se pode repassar a responsabilidade social e ambiental para terceiros;
- fornecimento de uma base racional para o processo de tomada de decisões institucionais nos setores público e privado em relação ao desenvolvimento local sustentável;
- articulação de trabalhos voluntários em projetos comunitários, com colaboradores de instituições públicas e privadas, a serem realizados pelas organizações sociais e empresas da região;
- preservação de uma base de dados de fornecedores de produtos e serviços ecologicamente corretos, e um cadastro de voluntários corporativos e pessoas físicas, para fins de fornecimento de informações especializadas a empresas e organizações sociais da região;
- articulação de parcerias com cooperativas de trabalho existentes, por meio do fornecimento de cursos que visem qualificar trabalhadores e aprimorar técnicas de trabalho, visando a obtenção de mão-de-obra mais qualificada para atividades turísticas;
- fornecimento de suporte técnico para orientar as estratégias de conservação, preservação e restauração da biodiversidade nativa do município e região.

Este desenvolvimento sustentável pode, ainda, abranger as várias fases do ciclo de vida do turismo ecológico e histórico-cultural, levando-se em conta certas restrições ambientais, sociais, culturais e econômicas. Sem essas restrições, a atividade turística, cultural e histórica poderia se expandir de maneira desordenada, o que provocaria impactos socioambientais negativos. O turismo

sustentável, como opção econômica, é coerente com a tendência que vem ocorrendo em vários países, nos quais constitui um dos principais recursos de criação de empregos e renda. É uma natural decorrência do processo de urbanização, metropolização e ampliação de tempo livre em relação às horas trabalhadas que contribui para o desenvolvimento das atividades turísticas. Representa uma atividade que, ao alcançar um nível elevado de desenvolvimento, pode servir de base econômica para uma região, requerendo apenas atenção para os impactos ambientais que pode provocar. É uma atividade que consome espaço geográfico, exige a construção de infraestrutura e integra a população local. O desenvolvimento originário do fluxo de turistas pode ser benéfico para a população e para os cofres públicos, mas também pode gerar inúmeros problemas sérios para as comunidades afetadas. As diretrizes e recomendações centradas no turismo ambiental e enfatizando os serviços prestados pela incubadora podem possibilitar o exercício do ecoturismo e atividades autossustentáveis com potencial de criação de empregos e renda à comunidade local. As atividades ligadas a esta opção de desenvolvimento sustentável compreendem a utilização de técnicas com o objetivo de:

- realização de estudos tendentes a explicar os fenômenos turísticos, bem como as respectivas origens, mudanças e evoluções;
- análise dos efeitos dos polos emissores e receptores sobre os indivíduos, grupos ou categorias sociais; e interpretação de dados sobre os costumes, práticas e hábitos de fluxos turísticos;
- elaboração de projetos ou estudos de planejamento, organização, funcionamento e exploração de empreendimentos turísticos em organizações privadas e/ou públicas;
- otimização e equilíbrio dos benefícios econômicos, ambientais e sociais do turismo, com distribuição desses benefícios para a sociedade, minimizando possíveis problemas no setor;
- planejamento da infraestrutura física, orientadora do desenvolvimento local sustentável e articulação para o desenvolvimento coordenado de todos os elementos do segmento de turismo;



- estabelecimento de diretrizes e padrões para planos detalhados de áreas de desenvolvimento de turismo; e sua integração nas políticas de desenvolvimento global e estabelecimento de relações entre turismo e outros setores econômicos;
- alternativas de preservação dos recursos naturais e culturais e sua conservações para o futuro, a partir de sua preservação no presente.

Sugere-se que pesquisas equivalentes sejam efetuadas, posteriormente, constituindo-se em um painel de pesquisas permanentes para aferir cenários futuros de desenvolvimento sustentável no município e região. Como recomendação para futuras pesquisas destaca-se, ainda, o estudo das cadeias produtivas e dos arranjos econômicos locais para identificar e incentivar a criação de cooperativas e associações de pessoas físicas e jurídicas. Tais entidades produziriam produtos de artesanato, trabalhos culturais e artísticos e atividades de sustentação econômica dentro dos contornos de modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, conforme sugerido no presente trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG - Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais. **Pesquisa Nacional da ABONG**. São Paulo, 2002.

ADEJ – Agência de Desenvolvimento de Jundiaí e Região. **Programa de desenvolvimento municipal**. 2007. Disponível em: <[www.adej.org.br](http://www.adej.org.br)>. Acesso em: 30 abr. 2008.

ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. **Evolução do Movimento Brasileiro de Incubadoras – 2006**. Número de incubadoras em operação. Anprotec. Brasília: Anprotec, 2006. Disponível em: <[http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/Graficos\\_Evolucao\\_2006\\_Locus\\_pdf\\_59.pdf](http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/Graficos_Evolucao_2006_Locus_pdf_59.pdf)>. Acesso em: 01 mai. 2008.

\_\_\_\_\_. **Panorama 2005**. Brasília: Anprotec, 2005. Disponível em: <[http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/Panorama\\_2005\\_pdf\\_11.pdf](http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/Panorama_2005_pdf_11.pdf)>. Acesso em: 01 mar. 2008.

BRASIL. Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. **Lei que formaliza o Projeto de Lei Complementar 123/04 que institui o sistema único de tributação – Simples Nacional**. Brasília (DF): 2006.

BRASIL. Lei Federal no. 10.257/2001. Estatuto das cidades. Distrito Federal. 2001.

CAMINHO VERDE, ONG. **Organização social que sucedeu à SOS Campo Limpo**. Campo Limpo Paulista (SP), 2007.

ECOMURSA, ONG. Várzea Paulista (SP), 2007. Disponível em: <[www.ecomursa.org](http://www.ecomursa.org)>.

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Pesquisa sobre escalas de preservação. **Sinergia entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental**. Disponível em: <<http://www.fapesp.br>>. Acesso em: 09 out. 2008.

\_\_\_\_\_. **Programa de Pesquisas em caracterização, conservação e uso sustentável da biodiversidade do estado de São Paulo**. BIOTA-FAPESP. Disponível em: <<http://www.biota.org.br>>. Acesso em: 07 nov. 2008.

FUNDAÇÃO SEADE. **Índice Paulista de Responsabilidade Social**. São Paulo : Assembleia Legislativa de São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 30 abr. 2008.

GADIESH, O.; GILBERT, J. L. Profit pools: a fresh look at strategy. **Harvard Business Review**, v. 76, n. 3, p. 139-47, 1998.

GLASER, B.; STRAUSS, A. **The discovery of Grounded Theory**. Chicago: Aldine, 1967.

GLASER, B. **More Grounded Theory methodology: a reader**. Mill Valley, Ca.: Sociology Press, 1994.

\_\_\_\_\_. **Doing Grounded Theory: issues and discussions**. Mill Valley, Ca.: Sociology Press, 1998.

GLASER, B.; HOLTON, J. Remodeling Grounded Theory. **The Grounded Theory Review**, v. 4, n. 1, nov. 2004.

GUEDES, M.; BERMÚDEZ, L. A. Parques tecnológicos e incubadoras de empresas em países em desenvolvimento: lições do Brasil. In: GUEDES, M.; FORMICA, P. **A economia dos parques tecnológicos**. Rio de Janeiro: ANPROTEC, 1998. p. 147-159.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pesquisa Ação Social das Empresas**. São Paulo: IPEA, 2007.

LOJO, M. **Contracting of high-technology industrial services**. 1997. Dissertação (Doutorado) Sloan School of Management, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge (MA).

MATA CILIAR, ONG. Jundiaí (SP), 2007. Disponível em: <[www.mataciliar.org.br](http://www.mataciliar.org.br)>. Acesso em: 2010.

OLIVA, R.; KALLENBERG, R. Managing the transition from products to services. **International Journal of Service Industry Management**, v. 14, n. 2, p. 160-72, 2003.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **Reinventing government: how the entrepreneurial spirit is transforming the public sector**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1992.

PREFEITURA DE CAMPO LIMPO PAULISTA. **Dados do Município e Região**. Disponível em <<http://www.campolimpopaulista.sp.org.br>>. Acesso em: 06 set. 2007.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Tabela do ranking dos Municípios 1991-2000**. (Excel). Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDHM>>. Acesso em: 15 set. 2007.

FGV. **A Contratação de OSCIPs pela Administração Pública**. **Revista Integração**. Jun. 2006. X.

n. 63. CETS – Centro de Estudos do Terceiro Setor. FGV SP – EAESP. Disponível em: <<http://www.fgvsp.br/integracao>>. Acesso em: 20 set. 2007.

REZENDE, D. A. **Planejamento de sistemas de informação e informática**: guia prático para planejar a tecnologia da informação integrada ao planejamento estratégico das organizações. São Paulo: Atlas, 2003.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Boletim estatístico de micro e pequenas empresas**. Observatório Sebrae. 1º. Sem. 2005. Brasília-DF: SEBRAE. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 27 jun. 2007.

SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ato de tombamento das Serras do Japi, Guaxinduva e Jaguacoara. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. Imesp, São Paulo, p. 59, 12 mar. 1983.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basics of Qualitative Research**: Grounded theory procedures and techniques. Newbury Park: Sage, 1990.

\_\_\_\_\_. **Grounded Theory Methodology**: An Overview. Handbook of Qualitative Research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.

\_\_\_\_\_. **Grounded Theory in Practice**. London: Sage, 1997.

TACHIZAWA, T. **Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor**: criação de ONGs e estratégias de atuação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TACHIZAWA, T.; FARIA, M. S. **Criação de novos negócios**: gestão de micro e pequenas empresas. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

WISE, R.; BAUMGARTNER, P. Go downstream: the new imperative in manufacturing. **Harvard Business Review**, v. 77, n. 5, p. 133, 1999.